

Cap. 13 de Religião e Política, Sim; Igreja e Estado, Não

Paul Freston, Editora Ultimato

A campanha eleitoral: raiz de todos os males

Época de eleições. Campanha nas ruas e na televisão. Entre os candidatos a prefeito e vereador, há muitos evangélicos, talvez mais numerosos do que nunca. Algumas denominações fazem um esforço coordenado para marcar presença na política municipal e vários deputados evangélicos querem governar as suas cidades. Entre a indiferença e o entusiasmo, o eleitorado evangélico se prepara para votar.

O ceticismo toma conta de muitos. Afinal, a performance dos políticos evangélicos em geral tem deixado a desejar nos últimos anos. Embora as análises desses evangélicos pessimistas divirjam, estão de acordo que não há remédio: qualquer nova leva de políticos evangélicos padecerá dos mesmos defeitos ou de outros igualmente nocivos.

Mas outros evangélicos ainda são otimistas. Alguns porque negam as críticas comumente feitas à classe política evangélica, outros porque estão sempre na busca de uma fórmula que supere as limitações constatadas, seja por meio de um corporativismo mais eficiente, seja pelo surgimento de um “messias” político evangélico.

Em uma conferência para um grupo de evangélicos de vários países do Terceiro Mundo, um africano, creio que do Quênia, fez um questionamento que poderia ter vindo de um brasileiro. Ele disse:

— Um evangélico entra na política porque é uma

pessoa de muitos dons e os outros acham que ele poderá ser a solução para os problemas da nação. E quando já está lá, ele perde completamente o contato com seu ministério anterior e a igreja o deixa pairando no ar. Ele perde a direção, pelo menos com relação à visão que tinha quando começou. Da mesma forma, pergunto até que ponto o dom carismático entra nisso, porque muitas vezes quem tem mais dons é o mais antidemocrático. Ele acha que ninguém mais pode tomar o seu lugar, e o povo diz que “ele é o nosso homem”, até que surja outra pessoa e ocorra uma divisão.

A pergunta toca em duas feridas abertas da comunidade evangélica, tanto aqui como (pelo que parece) em outros países: os políticos que decepcionam (culpa deles? culpa da igreja?) e os líderes personalistas antidemocráticos dentro da própria igreja, um modelo frequentemente transferido para a política. A minha resposta na ocasião, agora um pouco recheada, foi a seguinte: este é um exemplo da transferência de práticas do campo religioso

para o campo político. Se temos na igreja esse modelo de líder messiânico que pensa possuir todos os dons carismáticos em si mesmo (ao contrário do modelo neotestamentário, que diz que todos os cristãos têm dons, mas ninguém tem todos os dons, e por isso precisamos viver e presidir em comunidade), existe a tendência de transferir o modelo para a nossa ação política também.

Por que o cristão que entra na política tantas vezes “dá errado” depois? Claro que pode haver um problema individual: alguns candidatos são totalmente despreparados. Mas não devemos pensar essa questão em termos de falhas individuais. Há limitações *da igreja* que se revelam aqui. Na vida pública, as falhas da igreja se tornam muito mais visíveis. Elas sempre existiram, mas eram mais privadas e quase ninguém reparava. A gente não “deu errado” de repente porque entrou na política.

Sempre tivemos esses problemas mas não os enxergávamos. Isso porque trata-se de uma questão de poder. Quanto mais poder existe em uma situação, mais graves parecem ser os erros. Mas as tendências sempre existiram. A situação de poder apenas revela a verdade que não víamos antes.

Precisamos pensar essas questões em termos de modelos. Não é só questão de preparo individual (habilidades e virtudes), embora estas também sejam importantes. Um modelo comum no Brasil é a candidatura autogerada. Um indivíduo se considera possuidor de dons ou então se sente vocacionado. Talvez tenha tido uma revelação, uma visão, um sonho... Aliás, a respeito disso, se você teve uma revelação para se envolver na política, se

envolva. Mas não fale da sua revelação para ninguém, não a utilize como arma para constranger outros a apoiar você. Já houve vários exemplos na América Latina de evangélicos candidatos a presidente dizendo que tinham uma revelação... E aí, quando não ganhavam, tinham de explicar o porquê.

Mesmo em casos nos quais o candidato não reivindica uma revelação, o desejo de se envolver é muitas vezes autogerado. Então, a pessoa se deixa exposta, porque entra em situações nas quais o poder está muito mais presente, e não sabe como lidar com isso.

O segundo modelo, igualmente problemático, é o modelo institucional, corporativista, no qual a igreja como instituição (ou pelo menos o grande líder carismático) se mobiliza e diz: “vamos nos envolver na política, vamos ter candidatos”. Isso traz enormes problemas. A política é reduzida a um corporativismo, a um meio de conseguir coisas para a igreja como instituição. Parece que por trás disso há uma ideia de que a sociedade nos deve pagar um tipo de imposto porque nós temos a verdade, temos o direito de ser ajudados. Esse é um estranho conceito de missão, que é muito relacionado com a corrupção, o fisiologismo e o oportunismo, porque você precisa conseguir recursos estando próximo do governo ou de interesses poderosos.

Esses dois modelos são muito dúbios. Precisamos de um terceiro modelo, um modelo comunitário, que não é individualista nem corporativista. O envolvimento deve ser como parte de um grupo, mas um grupo (quer seja somente de evangélicos quer inclua não-evangélicos) constituído para fins políticos e sem interesses institucionais para defender. Isso dá um elemento de responsabilidade, de prestação de contas, de transparência. Dá também um elemento de responsabilidade ideológica, de que você está envolvido com um certo projeto político, uma certa visão do que significa ser cristão na política, e que você será responsável perante aquela visão ideológica. Existe no Brasil o Movimento Evangélico Progressista (MEP). Eu gostaria que existisse também um

Movimento Evangélico de Centro (MEC) e um Movimento Evangélico de Direita (MED). Gostaria de ver movimentos evangélicos do mesmo tipo do MEP, no quadro político, com propostas diferentes e concorrendo pelo voto evangélico, mas de maneira legítima e séria, procurando educar e conscientizar o povo evangélico a votar e se envolver com consciência. Isso seria um sinal de maturidade democrática. Seria possível ter debates acalorados mas sérios e respeitosos. Infelizmente, isso não existe. É impossível ter um debate sério sobre evangélicos e política porque as pessoas envolvidas nos outros dois modelos fogem dos debates. Por isso, precisamos incentivar esse modelo *comunitário* de engajamento político evangélico, para evitar os males do isolacionismo e do institucionalismo.

Então, o estilo do mandato pode ser em grande parte previsto pelo modelo da candidatura e pela natureza da campanha. O estilo de campanha determina o mandato. Os acordos feitos com lideranças evangélicas, o tipo de apelo feito ao eleitorado evangélico, as ingenuidades alimentadas entre o eleitorado, a relação construída na campanha em termos de expectativas levantadas e de “dívidas” (literais e figuradas) contraídas — tudo isso determinará o mandato. O candidato que se “endividou” na campanha de formas inconciliáveis com a democracia, ou com a justiça social, ou com a diferença entre moralidade e

legislação (nem todas as partes da moral cristã devem ser matéria de legislação), ou com a correta separação entre igrejas e Estado, com certeza decepcionará durante seu mandato. Mas isso deve ser surpresa somente para os ingênuos. O favorecimento institucional será um presente de grego para as igrejas, criando dependências, incentivando hipócritas, amarrando a boca profética. O candidato precisa *educar*
os

ingênuos e
frear

os sedentos de poder e de benesses.

O âmago de tudo isso é a grande questão ausente dos nossos debates teológicos: o poder. Tanto o personalismo individualista como o institucionalismo corporativista sofrem de uma doutrina fraca do pecado. Alias, nós evangélicos, ironicamente, muitas vezes temos um conceito fraco do pecado! Não temos a doutrina protestante clássica de desconfiança no ser humano — qualquer ser humano, mesmo que seja um cristão sério, convertido, batizado no Espírito Santo; ou mesmo vários deles reunidos na

cúpula de uma denominação. A doutrina clássica de que os pecadores precisam se controlar mutuamente num sistema de mútua prestação de contas é substituída por uma esperança messiânica num grande líder político evangélico ou pela fé numa vanguarda de líderes evangélicos com um direito divino de governar. Os partidos comunistas antigamente tinham essa ideia da “vanguarda”. Os líderes iluminados do partido tinham a capacidade de interpretar infalivelmente os

acontecimentos históricos e, portanto, o direito de guiar o povo. As vanguardas marxistas desmoronaram, mas vanguardas evangélicas estão surgindo. Devemos desconfiar de todas elas. Não se pode confiar tanto *e m ninguém*, por mais consagrado que pareça, por mais unção do Espírito diga ter, por mais que reivindique governar ou legislar em nome de Deus. Nada substitui sistemas de prestação mútua de contas, de transparência e participação democrática. A

democracia também não garante nada, mas é o sistema *menos ruim*

, menos perigoso, por ser o mais próximo da visão bíblica do ser humano.

A teologia protestante clássica frisa que as relações de poder são inevitáveis (fazem parte do tecido da vida humana), mas sempre perigosas. O nosso meio evangélico, porém, tende a enfatizar apenas um dos

lados dessa ambivalência, de acordo com a nossa situação social. Quando impotentes, frisamos o perigo do poder e a necessidade de evitá-lo totalmente (“crente não se mete em política”). Mas quando o poder se abre para nós, imaginamos a possibilidade de exercê-lo sem ambiguidade, em nome do “povo de Deus”. Não conseguimos equilibrar os dois lados da equação.

Se alguém me pergunta se confio em algum político evangélico, respondo que não. E o chocante não é a minha resposta, mas o fato de que muitos evangélicos acham quase uma heresia dizer isso. Mas, biblicamente, não devemos confiar nos príncipes, mesmo que sejam evangélicos e tenhamos ajudado a colocá-los no poder! É por termos uma doutrina superficial do pecado que nos damos mal politicamente e criamos ídolos

evangélicos que depois nos
desapontam.